

SLIDES NA EDUCAÇÃO PAULISTA: TECNOLOGIA, CONTROLE E RESISTÊNCIA DOCENTE. UM RELATO DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

Graziele Alves¹
Alonso Bezerra de Carvalho²

INTRODUÇÃO

Este trabalho se constitui a partir das reflexões acerca das experiências vivenciadas pelos residentes de uma escola no interior do Estado de São Paulo em relação aos slides, novo material didático em formato digital implementado pela Secretaria de Educação do Estado. Os residentes durante o Programa de Residência Pedagógica, captaram a transição do ensino sem slides para a introdução do novo material, na condição em que não se encaixavam nem como alunos ou professores, mas docentes em formação, o que permitiu-lhes refletir sobre o contexto, sob uma outra óptica.

Visando compreender os impactos do material no conjunto escolar, o objetivo deste trabalho consistiu em analisar os impactos dos slides na autonomia docente e na formação crítica dos alunos. Partindo dos registros de campo, foi possível construir uma narrativa que perpassou desde as anotações das primeiras impressões dos alunos e professores com o material, até a problematização acerca da construção do material e a implementação tomando como base alguns teóricos trabalhados na Licenciatura do Curso de Ciências Sociais.

No ano letivo de 2023, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc -SP), anunciou o novo Material Didático em formato digital com 1,4 mil aulas, a ser implementado pelos professores ainda no 2º bimestre. Segundo o Secretário da Educação Renato Feder, o material é uma forma da secretaria fornecer ajuda ao professor, sendo uma sugestão de uso e possível de ajustar conforme a realidade necessitar. O material digital, slides, contém uma estrutura didática que sugere ao professor uma organização da aula em três momentos, iniciando pelo contexto; partindo em seguida para conteúdo, o aprofundamento e prática; encerrando com a aplicação prática, em diferentes contextos.

¹ Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP/FFC, branca, mulher cisgênero, residente na cidade de Marília/SP, graziele.alves@unesp.br;

² Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo - USP, pardo, homem cisgênero, coordenador do Programa de Residência Pedagógica, professor na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP/FFC, alonso.carvalho@unesp.br.

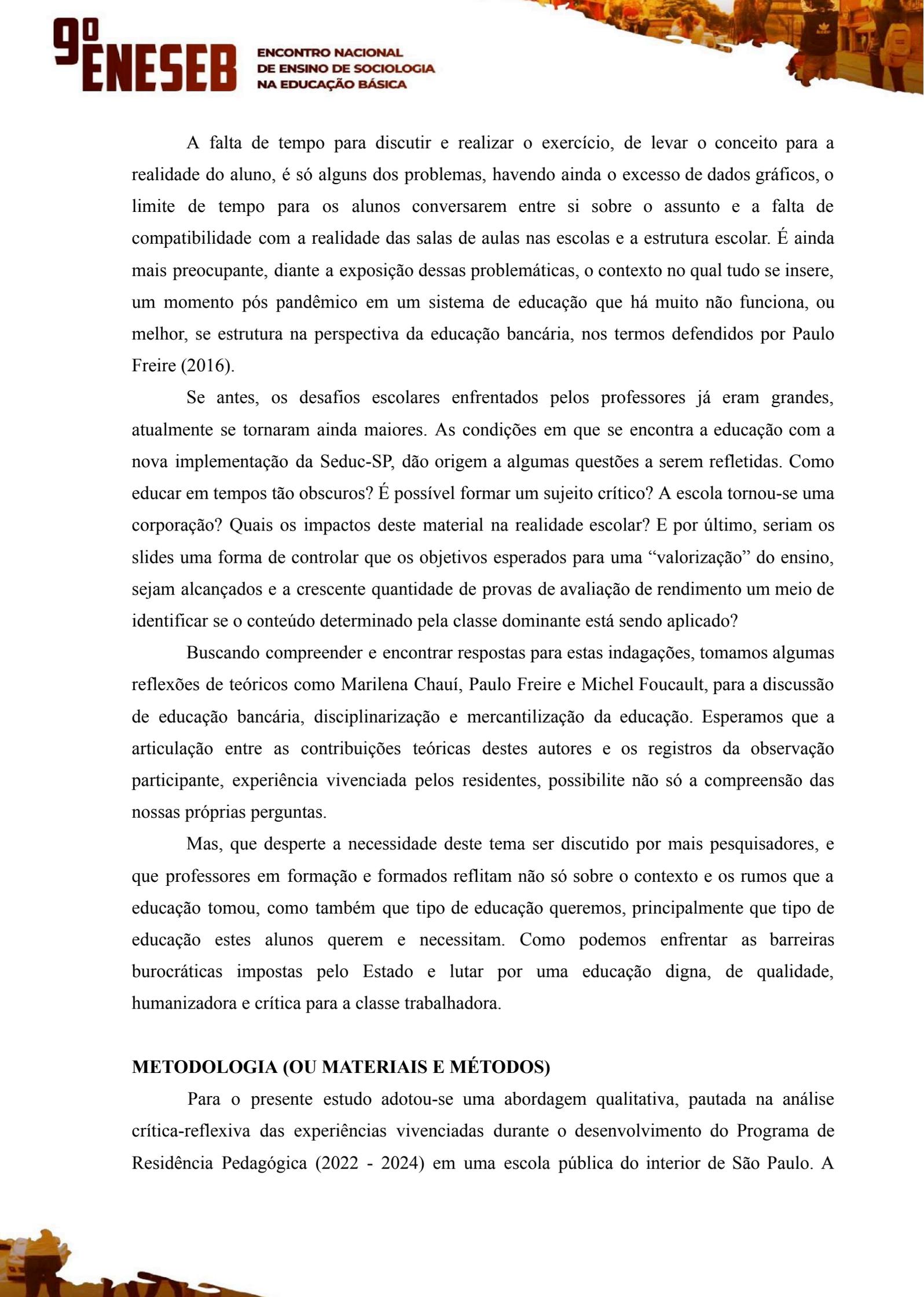
O material em questão é antecedido pelo Currículo em Ação, material de apoio que surgiu com a implantação do denominado “Currículo Paulista”, que iniciou sua implementação efetiva em 2021, a partir das diretrizes da reforma educacional de 2017. A intenção do Currículo em Ação era a interdisciplinaridade no interior de cada área do conhecimento, bem como a implementação de itinerários formativos, que gerou sérios problemas, tais como a redução da carga horária de algumas disciplinas, a falta de profundidade, dificuldade dos estudantes na escolha precoce do itinerário, dificuldades para a formação dos estudantes da escola pública que buscavam o Ensino Superior, falta de professores, entre outros.

A implementação do novo material ocorre durante a nova gestão estadual, que embora expressou ser opcional, associa o conteúdo do material a outros instrumentos de avaliação como, tarefas digitais vinculadas a cada aula, às Provas Paulista e ao Provão Paulista. A primeira, trata-se de uma avaliação aplicada bimestralmente à estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, de forma digital pela plataforma Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP).

A segunda avaliação, denominada Provão Paulista, consiste em uma prova externa que será utilizada para o ingresso de estudantes do Ensino Médio de escolas públicas do Estado de São Paulo, de redes estaduais, municipais, Etecs ou administradas pelas universidades estaduais em universidades públicas como: USP, UNICAMP, UNESP, UNIVESP, e Fatecs. A prova é aplicada anualmente para as 1ª, 2ª e 3ª do Ensino Médio.

Com essa estruturação, o docente se sente compelido a adotar tal material, sendo que esse material didático “proposto” pela Seduc-SP é demasiado falho, com uma enorme quantidade de conteúdo para somente uma aula, ignorando a realidade escolar. Por exemplo, ao abordar temas que eram outrora desenvolvidos em um bimestre, passaram a ser designados para apenas uma aula, não aprofundando-os e nem abordando-os de forma construtivista, na medida em que não dá conta das necessidades de aprendizagem dos estudantes na construção do conhecimento.

Tal configuração dos materiais implica em exigir que o professor faça o papel somente de transmissor e o aluno um mero receptáculo: são muitos dados e informações para “absorver” e pouco tempo para questionar, desenvolver o senso crítico dos alunos em relação ao tema estudado. Em algumas aulas, foi possível observar como os alunos têm dificuldade em conseguir entender o conteúdo dos slides, pelo excesso de conceitos ainda desconhecido por eles.



A falta de tempo para discutir e realizar o exercício, de levar o conceito para a realidade do aluno, é só alguns dos problemas, havendo ainda o excesso de dados gráficos, o limite de tempo para os alunos conversarem entre si sobre o assunto e a falta de compatibilidade com a realidade das salas de aulas nas escolas e a estrutura escolar. É ainda mais preocupante, diante a exposição dessas problemáticas, o contexto no qual tudo se insere, um momento pós pandêmico em um sistema de educação que há muito não funciona, ou melhor, se estrutura na perspectiva da educação bancária, nos termos defendidos por Paulo Freire (2016).

Se antes, os desafios escolares enfrentados pelos professores já eram grandes, atualmente se tornaram ainda maiores. As condições em que se encontra a educação com a nova implementação da Seduc-SP, dão origem a algumas questões a serem refletidas. Como educar em tempos tão obscuros? É possível formar um sujeito crítico? A escola tornou-se uma corporação? Quais os impactos deste material na realidade escolar? E por último, seriam os slides uma forma de controlar que os objetivos esperados para uma “valorização” do ensino, sejam alcançados e a crescente quantidade de provas de avaliação de rendimento um meio de identificar se o conteúdo determinado pela classe dominante está sendo aplicado?

Buscando compreender e encontrar respostas para estas indagações, tomamos algumas reflexões de teóricos como Marilena Chauí, Paulo Freire e Michel Foucault, para a discussão de educação bancária, disciplinarização e mercantilização da educação. Esperamos que a articulação entre as contribuições teóricas destes autores e os registros da observação participante, experiência vivenciada pelos residentes, possibilite não só a compreensão das nossas próprias perguntas.

Mas, que desperte a necessidade deste tema ser discutido por mais pesquisadores, e que professores em formação e formados reflitam não só sobre o contexto e os rumos que a educação tomou, como também que tipo de educação queremos, principalmente que tipo de educação estes alunos querem e necessitam. Como podemos enfrentar as barreiras burocráticas impostas pelo Estado e lutar por uma educação digna, de qualidade, humanizadora e crítica para a classe trabalhadora.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Para o presente estudo adotou-se uma abordagem qualitativa, pautada na análise crítica-reflexiva das experiências vivenciadas durante o desenvolvimento do Programa de Residência Pedagógica (2022 - 2024) em uma escola pública do interior de São Paulo. A

pesquisa está fundamentada nos registros das aulas e diálogos informais, análise crítica do material e sua implementação com base em teóricos como Chauí, Freire e Foucault.

De novembro de 2022 a março de 2024, registrou-se as dinâmicas das aulas mediadas pelos slides da Seduc-SP, com ênfase nas interações entre professores e alunos, tempo de exposição e o comportamento dos estudantes. E, diálogos informais com os sujeitos sobre a dinâmica proposta pelo material para apresentação e discussão do conteúdo. À medida que em conjunto ao preceptor preparava-se as aulas, foi possível estar analisando também de forma crítica como este material digital foi construído, se apresentava e sua aplicação.

Em seguida, foi realizada a triangulação dos dados empíricos com as teorias de Paulo Freire, Marilena Chauí e Michel Foucault para a discussão da educação bancária, disciplinarização e mercantilização da educação. A partir desta triangulação metodológica, identificamos 9 eixos problemáticos na implementação dos materiais digitais, que serão discutidos a seguir: fragmentação do conteúdo; excesso de informações; fortalecimento de uma educação denominada por Freire de Educação Bancária; material ignora a realidade escolar; perda da autonomia do professor; sobrecarga e esvaziamento do papel do docente; falta de tempo para assimilação e conexão com a realidade do aluno; redução do diálogo; efeitos na formação crítica.

DESENVOLVIMENTO/REFERENCIAL TEÓRICO

Visando compreender as mudanças experienciadas na Residência Pedagógica com a inclusão do novo material didático, retomou-se discussões desenvolvidas pelos teóricos Marilena Chauí, Paulo Freire e Michel Foucault. Elaboramos ao longo desta seção, como a teoria de Chauí sobre a mercantilização da educação apoia a visão dos slides como um material que atende aos interesses de resultados e não a formação crítica.

Na perspectiva de Chauí, há uma concepção de processo tecnológico que tem adentrado cada vez mais no campo escolar, transformando e alterando significativamente o processo educacional:

Vivemos num mundo dominado por aquilo que a ideologia dominante convencionou designar como “progresso tecnológico”. Resultado da exploração física e psíquica de milhões de homens, mulheres e crianças, da domesticação de seus corpos e espíritos por processo de trabalho fragmentado e desprovido de sentido, da redução de sujeitos à condição de objetos sócio-econômicos, manipuláveis politicamente e pelas estruturas da organização burocrático administrativa, o "progresso" sequestra a identidade

peçoal, a responsabilidade social, a direção política e o direito à produção da cultura por todos os não dominantes. (CHAUÍ, 1983).

O processo apontado por Chauí, está claramente visível na implementação dos slides, cujo discurso e uso está revestido de caráter mágico, alegando preocupação e disposição da Seduc-SP em contribuir com o trabalho docente. Mas, contribuindo para a fragmentação do trabalho docente e a substituição pela ciência e tecnologia. Ao examinar este tipo de proposta, expressão das reformas educacionais que a educação pública no Brasil tem sofrido, constata-se uma:

aliança intrínseca entre uma certa concepção da ciência, da tecnologia, da profissionalização e do ‘progresso’ que não só indicam a morte da pedagogia como arte de ensinar, mas revelam também o novo papel conferido à escola: além de reprodutora de ideologia e das relações de classe, está destinada a criar em pouco tempo, a baixo custo e em baixo nível, um exército alfabetizado e letrado de reserva. (CHAUÍ, 1983).

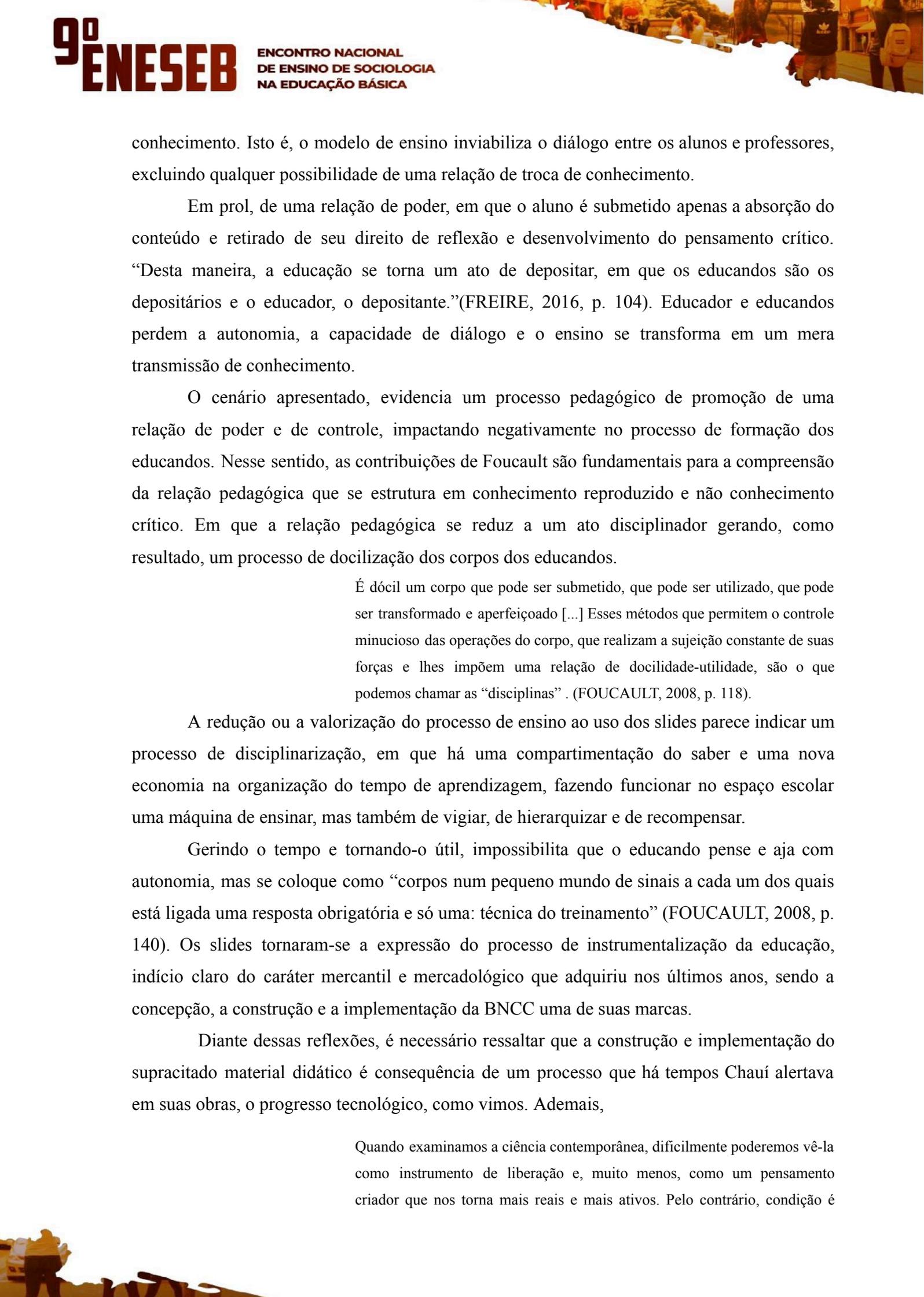
Ao transformar o educador em cientista prático (técnico) e o aprendizado em criação de força de trabalho, o que temos como efeito é um poderoso processo de exclusão e de intimidação social e política, em que o ato de ensinar e aprender deixa de ser arte para tornar-se uma mera técnica.

A compreensão deste contexto da educação paulista, contou com a contribuição de Paulo Freire, que embora não tenha abordado diretamente o aspecto tecnológico. Apresenta alguns aspectos que caracterizam um processo pedagógico marcado por aquilo que ele denomina de concepção bancária de educação e que, de certa forma, faz-nos compreender o uso dos slides na sala de aula.

A partir de Freire, sobretudo com a proposta de ensino por meio dos slides, a proposta é transformar o educador em um agente,

cuja tarefa indeclinável é “encher” os educandos dos conteúdos [...], que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram [...]. A narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. Quanto mais vá “enchendo” os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais docilmente “encher”, tanto melhores educandos serão. (FREIRE, 2016, p. 103-104).

Em que vimos, a partir da implementação do material digital problemas como, a mudança na organização da estrutura da aula, centralizando o professor como detentor do conhecimento e figura de autoridade, reduzindo os alunos a mero receptáculos, a absorver o

conhecimento. Isto é, o modelo de ensino inviabiliza o diálogo entre os alunos e professores, excluindo qualquer possibilidade de uma relação de troca de conhecimento.

Em prol, de uma relação de poder, em que o aluno é submetido apenas a absorção do conteúdo e retirado de seu direito de reflexão e desenvolvimento do pensamento crítico. “Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante.”(FREIRE, 2016, p. 104). Educador e educandos perdem a autonomia, a capacidade de diálogo e o ensino se transforma em um mera transmissão de conhecimento.

O cenário apresentado, evidencia um processo pedagógico de promoção de uma relação de poder e de controle, impactando negativamente no processo de formação dos educandos. Nesse sentido, as contribuições de Foucault são fundamentais para a compreensão da relação pedagógica que se estrutura em conhecimento reproduzido e não conhecimento crítico. Em que a relação pedagógica se reduz a um ato disciplinador gerando, como resultado, um processo de docilização dos corpos dos educandos.

É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado [...] Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas” . (FOUCAULT, 2008, p. 118).

A redução ou a valorização do processo de ensino ao uso dos slides parece indicar um processo de disciplinarização, em que há uma compartimentação do saber e uma nova economia na organização do tempo de aprendizagem, fazendo funcionar no espaço escolar uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar e de recompensar.

Gerindo o tempo e tornando-o útil, impossibilita que o educando pense e aja com autonomia, mas se coloque como “corpos num pequeno mundo de sinais a cada um dos quais está ligada uma resposta obrigatória e só uma: técnica do treinamento” (FOUCAULT, 2008, p. 140). Os slides tornaram-se a expressão do processo de instrumentalização da educação, indício claro do caráter mercantil e mercadológico que adquiriu nos últimos anos, sendo a concepção, a construção e a implementação da BNCC uma de suas marcas.

Diante dessas reflexões, é necessário ressaltar que a construção e implementação do supracitado material didático é consequência de um processo que há tempos Chauí alertava em suas obras, o progresso tecnológico, como vimos. Ademais,

Quando examinamos a ciência contemporânea, dificilmente poderemos vê-la como instrumento de liberação e, muito menos, como um pensamento criador que nos torna mais reais e mais ativos. Pelo contrário, condição é

fruto do “progresso”, a ciência tornou-se poderoso elemento de intimidação sócio-política através da noção de competência. Poderíamos resumir a noção de competência no seguinte refrão: não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer lugar e sob qualquer circunstância. (CHAUÍ, 1983).

O avanço tecnológico, sob a lógica capitalista, transforma progressivamente a escola em uma corporação educacional, onde os resultados quantificáveis sobrepõem-se aos processos formativos. Nessa perspectiva, a educação é reduzida a uma mercadoria, cujo valor é determinado por métricas de eficiência, daí a necessidade de controle centralizado sobre os conteúdos ministrados, alinhados aos interesses da classe dominante.

Essa dinâmica é perpetuada através de um regime de avaliações padronizadas como o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de Marília (SAREM), Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), Prova Paulista e Provão Paulista Seriado que não medem aprendizagem crítica, mas sim a adesão ao modelo imposto.

Essa conjuntura acelera a substituição da pedagogia pela técnica, esvaziando a arteficialidade docente. O professor antes artífice do conhecimento, vê-se reduzido a um operador de slides, perdendo o sentido sobre o seu papel. Os aspectos deste cenário escolar reforçam a educação bancária, onde o diálogo entre aluno e professor é substituído por monólogos acelerados; a construção coletiva do saber cede lugar à absorção passiva e o excesso de conteúdos fragmentados inviabiliza a profundidade crítica.

Com cautela em determinar as consequências de um fenômeno em curso, este trabalho traz para reflexão impactos cujo uma mudança é possível visualizar em seguida a implementação do material didático novo as mudanças quanto ao modelo de ensino, aprendizagem dos alunos e interação social escolar. Em relação a este primeiro, trata-se uma regressão pedagógica, retornando a um modelo de transmissão vertical, agora revestido de aparato tecnológico.

Nestas condições, o papel do professor ao mesmo tempo que se sobrecarrega, perde-se o sentido, sua eficiência passa a ser medida através das avaliações de rendimento, e não pelo desenvolvimento de um ser crítico. Em outras palavras, intensifica uma crise existencial docente, onde professores são julgados por índice de rendimento, não por sua capacidade de formar pensadores autônomos.

Diante desse cenário, polarizam-se algumas reações docentes: adeptos do material didático digital, mesmo à custa da desumanização do ensino e resistentes críticos que buscam fissuras no sistema para preservar espaços de reflexão, ainda que marginais. O cerne do problema reside na ruptura do vínculo educativo, o material inviabiliza a contextualização dos conteúdos pelos professores e o aluno enfrenta uma dupla alienação, não compreendem os conceitos abstratos, sem base teórica, bem como não percebem que suas dificuldades são sistêmicas e não individuais.

O descolamento da realidade impede que o aluno consiga compreender aquele conceito, em termos de construção e o que representa, enxergar de modo crítico. Por consequência, tem-se dificuldade em realizar conexões teóricas com a realidade, que impede por exemplo, a compreensão dos dados gráficos e conceitos, primeiro por muitos não terem tido a base teórica e o tempo necessário, logo não conseguem entender a dimensão que os dados representam.

A interação social já fragilizada pós-pandemia é ainda mais prejudicada com a escassez de debates, o estrangulamento da criatividade, falta de vínculos intelectuais e afetivos. Prismas que merecem a reflexão sobre a construção do sujeito, a escola é um dos meios sociais mais importantes para este desenvolvimento. Entretanto, percebe-se que a relação de poder reestruturada é falha até neste quesito, além de não estar sendo capaz de formar mão de obra para o mercado de trabalho do qual é objetivo do capitalismo e as classes dominantes em relação às escolas públicas, produz um ser que não compreende nem mesmo as questões que o atravessam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa radiografia dos problemas evidencia que a tecnologia, longe de ser neutra, opera como vetor de um projeto político-pedagógico específico. Compreendemos que o uso da tecnologia é algo que já está posto, não há como retroceder nesse sentido, precisamos criticar as implementações tecnológicas existentes e as futuras, visto que a maior problemática não é somente a introdução da tecnologia ao ensino, a sociologia e sim como foi colocada, pois faz parte de um projeto político que ignora a diversidade estrutural das escolas de um mesmo estado.

Acreditamos que o caminho ainda é a resistência e nos esforçar para encontrarmos brechas e fissuras nesse processo que nos é imposto. Se os slides ou uso de tecnologias são

medidas a serem debatidas, que o façamos na direção de valorizar o professor, o educando, a autonomia e o diálogo na sala de aula. A escola não pode ser um instrumento ou um aparelho ideológico para satisfazer interesses, controlar e disciplinar pessoas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Currículo Paulista: etapa ensino médio / organização, Secretaria da Educação, Coordenadoria Pedagógica; União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo - UNDIME. São Paulo : SEDUC, 2020.

CHAUÍ, M. Da arte à ciência: a morte do educador. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). O educador: vida e morte. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1983, p. 51-70. Disponível em <https://filosofia164.webnode.page/o-que-e-ser-educador-hoje/>

Diferenças entre Prova Paulista e Provão Paulista Seriado · Portal de Atendimento – Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Disponível em: <https://atendimento.educacao.sp.gov.br/knowledgebase/article/SED-07977/pt-br>. Acesso em: 25 mar. 2025.

DREYFRUS, H. L.; RABINOW, P. O Sujeito e o Poder. In: Michael Foucault: Uma trajetória filosófica, para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

Educação de SP oferece material digital inédito para professores da rede; assista ao vídeo. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/sala-futuro-educacao-de-sp-oferece-material-digital-inedito-para-professores-da-rede/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2016.